



CARTA PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO DO QUEBEC

DECLARAÇÃO DE DESCHAMBAULT

Adoptada pelo Conselho dos Monumentos e dos Sítios do Québec
Comité do ICOMOS do Canadá Francófono, Abril de 1982

1. PORQUÊ A CARTA ?

O período a seguir à Guerra testemunhou a divulgação mundial de várias correntes de pensamento que pareciam ajustarem a forma de vida das pessoas às novas condições socio-económicas, e que pareciam criticarem as consequências da industrialização, da urbanização a uma escala massiva, do progresso a todo o custo e da sociedade de consumo. Fossem extremistas ou moderadas, essas ideologias ajudaram a tornar as pessoas conscientes sobre determinados valores humanos que mereciam serem preservados. Estas coisas de valor incluíam os vestígios arquitectónicos, artísticos ou simplesmente materiais que os nossos antepassados nos tinham deixado.

Os princípios básicos da preservação do património foram estabelecidos na Carta Internacional de Veneza de 1964, que foi assinada por especialistas de muitos países. O objectivo desta carta era regular e promover esforços para a salvaguarda dos patrimónios nacionais. Posteriormente, em Amsterdão e em Nairóbi, esta primeira iniciativa foi ainda desenvolvida pela adição de outros princípios básicos que exprimiam um desejo crescente, não só de abranger um património acumulado, mas também de alargar o próprio conceito de património. A partir dele, os povos pretendiam garantir a preservação de todos os aspectos do património nacional.

Este movimento começou a ter uma influência notável no Québec a partir de 1960. A primeira acção do governo do Québec, nesse campo, foi a criação de um Ministério dos Assuntos Culturais que tornou possível a aprovação da Lei das Propriedades Culturais em 1972. A partir desse momento, o nosso património adquiriu valor aos olhos da lei. No entanto, mesmo antes de esta lei ter sido aprovada, já a comunidade se tinha organizado em grupos, que diferiam na sua estrutura, mas que partilhavam um desejo comum de se envolverem na salvaguarda do seu ambiente e da sua cultura, bem como de desenvolverem estratégias que obrigassem os diversos níveis de governo a tomarem consciência sobre este assunto.

Este compromisso individual e colectivo resultou em realizações significativas na área da preservação, bem como no estímulo da participação e do desenvolvimento comunitários. Através de programas municipais, provinciais ou federais, de obras em larga escala ou de acções mais modestas, o povo do Québec demonstrou que estava interessado pelo seu património e que estava determinado em o revitalizar.

O Conselho dos Monumentos e dos Sítios do Québec oferece esta carta como apoio a esses esforços. A Carta é compreendida como sendo uma linha de orientação, uma ferramenta de referência, um remédio e, acima de tudo, um código de ética que devemos adoptar ao tratarmos do nosso património. Como esta carta está baseada na anterior experiência e nas correntes internacionais de pensamento, nos princípios da preservação e do desenvolvimento, o seu conteúdo pode ser aplicado por todos os indivíduos e por todas as organizações que estejam interessados na protecção dos aspectos natural, cultural e histórico do património do Québec.

O primeiro objectivo desta carta, que foi especificamente redigida para o Québec, é tentar identificar a nossa personalidade cultural, e, a partir daí, definir a natureza especial do nosso património. Em segundo lugar, a carta procura encorajar as pessoas a pensarem antes de agirem; e, finalmente, ela propõe um enquadramento para a acção que é positivo e objectivo, que proporciona incentivo, e que leva em consideração quer os problemas particulares do Québec, quer as doutrinas contemporâneas sobre o desenvolvimento do património.

2. O CONTEXTO CULTURAL DO QUÉBEC

A experiência do Québec é similar à de outras nações, já que o carácter específico da sua cultura foi determinado pela sua história, a qual teve lugar num ambiente específico. Os principais elementos deste ambiente são um clima duro, um território vasto, o estabelecimento relativamente recente de uma civilização Norte Americana que é de origem Europeia, o factor Francês, o Catolicismo e um padrão particular de povoamento humano.

Arrancado à força aos Índios Americanos, que eram os seus habitantes originais, o Québec tornou-se primeiro numa colónia Francesa, depois Inglesa, e, finalmente, numa parte da confederação Canadiana. A história política do Québec tem sido marcada pela luta pela preservação das suas raízes Francesas e Católicas num continente Norte Americano onde a maioria da população é, e tem sido, de língua Inglesa.

Mesmo assim, uma variedade de elementos tem contribuído para o desenvolvimento da nossa fábrica social. Ao longo dos tempos, têm sido acrescentados imigrantes de diferentes sítios à amálgama dos três povos que originalmente lutaram pelo território do Québec. Por vezes a imigração ocorreu toda de uma só vez, como foi o caso dos Legalistas e dos Irlandeses; e, por vezes, foi distribuída ao longo do tempo, como aconteceu com os Italianos e com os Chineses. A pouco e pouco, o fenómeno imigrante alterou a fisionomia e a mentalidade da população do Québec.

O material do nosso património tem sido marcado não só por esta mistura de características culturais, mas também por certas modas que têm percurso internacional. Entre estas, a influência Vitoriana é, certamente, a mais importante, mas também encontramos vestígios da Art Nouveau, da época dos arranha-céus e de muitas outras modas estéticas e tecnológicas.

A vida económica, a principal fonte das sociedades, tem exercido, provavelmente, o maior impacto sobre a distribuição da população do Québec. Desde os seus princípios profundos, concentraram-se comunidades, mais ou menos densamente povoadas, em áreas que ganharam importância graças ao comércio das peles. As propriedades senhoriais e as 'townships'¹ Inglesas forneceram o enquadramento para o desenvolvimento da agricultura. Muitos elementos da nossa sociedade foram empurrados para norte em busca dos produtos florestais e das indústrias mineiras. Finalmente, o espectacular crescimento dos Estados Unidos teve repercussões da maior importância sobre o nosso modelo económico e sobre o nosso modo de vida; urbanização massiva, elevada taxa de consumo, estabelecimento de grandes centros industriais e desenvolvimento de meios de transporte para os recursos naturais, humanos e energéticos.

Muitos outros factores contribuíram para a configuração da nossa imagem. A preponderância do Catolicismo proporcionou uma proliferação de igrejas e de conventos, e fez desenvolver-se uma arte que se concentra no sagrado. Os rigores do clima obrigaram a população a fazer adaptações em todos os aspectos do seu modo de vida. Tal como aconteceu com a distribuição da população, que foi determinada, na sua maior parte, pelas vias fluviais da bacia do rio St. Lawrence.

Seria inútil apresentar-se aqui uma lista exaustiva de todos os factores geográficos, sociais, históricos e económicos que contribuíram para o desenvolvimento da nossa fábrica cultural. Basta

¹ N.T. – subdivisão local ou bairro de uma grande paróquia, que contém uma aldeia ou uma pequena cidade com igreja própria.

afirmar-se que este fenómeno de ideias, hábitos e costumes, tendo acontecido como aconteceu, num determinado contexto geográfico, deu origem a tradições, a um folclore, a uma mentalidade, a formas de serem feitas as coisas e de ser feita a arquitectura, a uma estrutura social e, em suma, a uma arte de viver que pertence unicamente ao Québec. Apesar de os elementos que formam esta cultura não terem sido todos integrados com o mesmo grau, nem da mesma maneira, a sua importância não pode ser posta em dúvida. Eles constituem o nosso património que é alimentado e robustecido pelo passado, e que continua a florescer nas vidas das actuais gerações. Não podemos permitir que este crescimento dinâmico seja cortado das suas raízes.

3. A SITUAÇÃO ACTUAL

Sentimos a necessidade de publicar esta carta porque o nosso património é ameaçado demasiado frequentemente, quando não é mesmo esquecido ou destruído. Este problema, claro, não é peculiar do Québec. A modernização e a procura de novos estilos de vida têm, de facto, posto em perigo por todo o lado, e sem remorsos, os patrimónios nacionais. Tal é o preço do progresso!

No Québec, as distâncias entre centros populacionais e a imensidão do território conduziram a um desenvolvimento mais ou menos integrado. Todos estes factores têm sido desfavoráveis para a preservação do nosso património nacional; conseqüentemente, temos que exercer uma maior vigilância, valorizar o diálogo e a consulta, e fazer mais para mobilizarmos as forças da comunidade.

O clima também é, por vezes, uma ameaça para o nosso património arquitectónico e para os vestígios dos tempos anteriores. No Québec, o gelo, especialmente quando combinado com o degelo, tem um sério efeito sobre os edifícios. É necessária uma acção rápida e tecnologicamente competente nesta área.

Finalmente, o nosso património cultural Europeu e Norte Americano está ameaçado por um perigo, que é menos perceptível, mas não menos real que os outros. Como esta cultura é de origem recente e só cobre um pequeno lapso de tempo, seria inapropriado basearmo-nos apenas numa classificação cronológica para determinarmos os valores dos seus diferentes elementos. Não devíamos, por exemplo, atribuir maior valor aos vestígios do século XVIII do que aos do século XIX. Claro que as coisas mais antigas são, geralmente, as mais raras e mais valiosas; no entanto, devemos usar de subtilidade no julgamento de tais assuntos.

DEFINIÇÃO DE PATRIMÓNIO E DE PRESERVAÇÃO

O património é definido como sendo *"as criações e os produtos da natureza e do homem, combinados, e na sua integridade, que constituem, no espaço e no tempo, o ambiente em que vivemos.*

O património é, na realidade, um bem propriedade da comunidade, e uma herança rica que pode ser deixada para o futuro, que convida ao nosso reconhecimento e à nossa participação".

(Associação do Québec para a Interpretação do Património Nacional, Comité de Terminologia, Julho de 1980).

O conceito de património, conforme acima definido, pretende cobrir muito mais do que os edifícios construídos num passado mais ou menos distante. O património não fica limitado, nem no passado, nem no futuro. Usamos o património do passado para construirmos o património do futuro, porque a cultura é, pela sua natureza própria, dinâmica e está a ser constantemente renovada e enriquecida.

Património é, na nossa opinião, uma palavra muito abrangente que inclui três entidades principais: o material cultural (os bens culturais), o ambiente geográfico e o ambiente humano. As pessoas estão, claro, mais familiarizadas com o conceito de bens culturais, uma vez que estes estão definidos por lei. Mas devemos recordar que, para além da arquitectura formal e popular, estes bens incluem todas as outras formas de evidência material, tais como os objectos arqueológicos e etnográficos, a iconografia, os arquivos escritos, o mobiliário, os objectos de arte e, em suma, a totalidade do material ambiental em que vivemos. O ambiente geográfico é a natureza, tal como ela se manifesta no território do Québec, na costa, na montanha e na planície. Temos que insistir, acima de tudo, na grande importância da nossa paisagem e dos nossos sítios naturais, os quais têm um valor estético e/ou panorâmico único. E, por fim, devemos reparar que as pessoas no seu ambiente próprio, que têm os seus costumes e as suas tradições, cuja memória está preenchida com um determinado folclore, e cuja forma de vida está adaptada a essa envolvente específica, são um tesouro humano e social que também requer protecção.

Esta definição alargada do nosso património nacional inclui, por isso, todos os elementos da nossa civilização, tal como eles existem, não só individualmente, mas também como componentes de maiores unidades históricas, culturais e tradicionais ou, para pormos a questão em palavras mais simples, como exemplos da adaptação do homem ao seu ambiente. Este conceito de património inclui a noção da paisagem cultural, a qual pode ser definida como o resultado da interacção entre a sociedade humana e a natureza.

A preservação do património nacional pode ser encarada, a esta luz, como sendo a combinação dos estudos, das perícias e das intervenções físicas que se destinam a conservarem qualquer elemento desse património na melhor condição possível. Esta actividade envolve as adequadas manutenção, consolidação, reparação, salvaguarda e restauro, para se evitar a degradação e, pior ainda, a destruição do património nacional.

Artigo I

OS CIDADÃOS DO QUÉBEC SÃO OS PRIMEIROS PROTECTORES DO PATRIMÓNIO NACIONAL.

Artigo I-A

Os cidadãos do Québec têm, em primeiro lugar, uma responsabilidade individual pela protecção do seu património. Eles devem fazer tudo o que lhes for possível para apreciarem o seu valor, para melhorarem a compreensão do seu significado total e para contribuírem para a sua preservação.

Artigo I-B

Esta responsabilidade individual também deve encontrar expressão em todas as decisões que são tomadas em nome da comunidade, quer sejam por representantes eleitos, quer por gestores empresariais ou institucionais.

Artigo II

O PATRIMÓNIO NACIONAL É UM TESOURO QUE PERTENCE À COMUNIDADE. ELE É PRECIOSO E NÃO RENOVÁVEL.

Artigo II-A

O património nacional deve ser preservado, salvaguardado e desenvolvido para o benefício da actual e das futuras gerações. Este tesouro não nos pertence; ele foi-nos confiado para que o possamos deixar a outros. Devemos garantir o seu uso adequado e a sua preservação.

Artigo II-B

Todas as leis e todos os regulamentos, tal como todos os mecanismos fiscais, financeiros e administrativos, na sua totalidade, devem procurar a preservação e o desenvolvimento do património nacional. Esta acção deve começar a nível municipal, porque as municipalidades são os primeiros representantes legais da comunidade.

Artigo II-C

O património nacional deve permanecer na posse do povo do Québec e deve ser reconhecido que o património cultural pertence ao seu lugar de origem.

Artigo II-D

Na preservação e no desenvolvimento do património nacional deve ser prestada a maior atenção possível à autenticidade, bem como a legá-lo às gerações futuras. Quando apenas restarem parte dos elementos deste património, elas devem ser tratados como sendo conjuntos integrais. Todas as acções empreendidas devem ser compreensíveis e reversíveis.

Artigo III

O CONHECIMENTO DO PATRIMÓNIO NACIONAL É UM PRÉ-REQUISITO ESSENCIAL PARA A SUA PRESERVAÇÃO.

Artigo III-A

Devem ser proporcionados todos os meios apropriados para a obtenção deste conhecimento. Em especial, antes de se iniciar qualquer acção, devemos dispor de inventários actualizados e das competências especializadas que forem necessárias.

Artigo IV

O PATRIMÓNIO NACIONAL DEVE GOZAR DE RECONHECIMENTO PÚBLICO E INCONDICIONAL

Artigo IV-A

A importância cultural, histórica, natural, social e estética do nosso património, deve ser avaliada por equipas interdisciplinares, ao nível nacional, regional e local.

Artigo IV-B

Deve ser mostrado respeito pela contribuição significativa de todos os períodos históricos.

Artigo V

A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NACIONAL REQUER MANUTENÇÃO, PROTECÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Artigo V-A

A protecção do nosso património nacional deve ser garantida, em primeiro lugar, por uma manutenção contínua.

Artigo V-B

O desenvolvimento dos bens culturais é de importância essencial. Este desenvolvimento inclui todas as medidas que sirvam para os tornar acessíveis e úteis, e que, se necessário, façam ser possível a sua reintrodução na vida diária do povo do Québec.

Artigo V-C

Todas as acções para a preservação do património nacional devem ser projectadas tendo em vista conservarem tanto quanto possível do original, e evitarem a reconstrução baseada em conjecturas.

Artigo V-D

O desenvolvimento dos bens culturais deve ser acompanhado pela disseminação dos conhecimentos práticos que são requeridos para a passagem desses bens para as gerações futuras e para se garantir a sua protecção permanente.

Artigo VI

DEVE SER DADA PRIORIDADE AO PATRIMÓNIO NACIONAL EM TODAS AS ÁREAS

Artigo VI-A

A legislação afectando o património nacional deve ter precedência sobre toda a demais legislação.

Artigo VI-B

Os princípios para a protecção e para o desenvolvimento do património nacional devem ter primazia em todos os planos de desenvolvimento.

Artigo II-C

Quando tiver sido reconhecida a importância de um edifício, de um grupo de edifícios, ou de paisagens, para o nosso património, estes devem ter precedência sobre o resto do ambiente. Esta consideração deve ser um factor decisivo em qualquer alteração a esse ambiente, assim como deve ser garantida a adaptação, a integração e o respeito pelo património material.

Artigo VI-D

Quaisquer adições contemporâneas, que devem ser obras criativas por direito próprio, têm que ser integradas e harmonizadas com o contexto envolvente no que respeita à cor, à textura, às proporções, ao padrão, aos espaços preenchidos ou vazios, e à composição global.

Não deve ser esquecido que é absolutamente essencial uma análise arqueológica de todos os terrenos para onde estiverem planeadas novas construções, para se revelarem os vestígios de construções e de habitações anteriores, e, onde necessário, para se examinarem as possibilidades da sua conservação no sítio.

Artigo VII

O PÚBLICO TEM O DIREITO LEGÍTIMO DE PARTICIPAR EM QUALQUER DECISÃO RESPEITANTE ÀS ACÇÕES PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NACIONAL.

Artigo VII-A

As pessoas que se envolveram em acções para a preservação do nosso património têm sempre a responsabilidade de disseminarem informação sobre esse património, de implementarem procedimentos para a garantia da circulação das ideias, de

incentivarem a participação da comunidade, e de promoverem a preservação do nosso património.

Artigo VII-B

Quando o património nacional vier a ser afectado por uma determinada acção, os responsáveis por essa acção devem consultar os cidadãos e informá-los sobre o objectivo dessa acção.

Os documentos relacionados com tais acções devem ficar disponíveis ao público e devem ser preparados por forma a que pessoas não especialistas os possam compreender.

Além disso, as pessoas envolvidas no acompanhamento dessas acções devem desenvolver os procedimentos de consulta adequados para tomarem nota das opiniões do público. Tais procedimentos devem, em particular, incluir audições públicas, sessões de informação e exposições.

Artigo VIII

A REVITALIZAÇÃO DO NOSSO PATRIMÓNIO DEVE SER COMPATÍVEL COM A MANUTENÇÃO E, MESMO, COM O MELHORAMENTO DA SUA IDENTIDADE, DA SUA INTEGRIDADE E DOS SEUS VALORES CULTURAIS ESPECÍFICOS.

Artigo VIII-A

O nosso património deve ser empregue de tal forma que mantenha ou que introduza funções que sejam úteis para a sociedade e que sejam compatíveis com a estrutura e com a natureza dos edifícios, dos espaços e dos sítios com que está constituído. No uso do nosso património, devemos mostrar respeito pela sua integração nas actividades económicas e sociais da comunidade circundante.

Artigo VIII-B

Devemos promover o uso contínuo do nosso património, sem qualquer interrupção de ocupação.

Artigo VIII-C

Sempre que decidamos dar um novo uso ao património material, devemos garantir a preservação de todas as características importantes desse material.

Quaisquer alterações que sejam feitas, devem ser sempre reversíveis.

Artigo VIII-D

A selecção de uma nova função para o património material deve evitar um uso excessivo e a degradação que possa resultar desse uso.

Artigo IX

A PRESERVAÇÃO DO CARÁCTER DINÂMICO E FUNCIONAL DO NOSSO PATRIMÓNIO É GARANTIDA PELOS RESIDENTES LOCAIS, OS QUAIS FORMAM UMA PARTE INTEGRANTE DESSE PATRIMÓNIO E CONTRIBUEM PARA A SUA PROTECÇÃO E PARA A SUA VITALIDADE

Artigo IX-A

No uso do nosso património, devemos preservar ou reintroduzir a vida diária, de preferência à vida artificial dos museus e dos centros turísticos. Deve ser dada preferência às ocupações tradicionais; e devemos, em qualquer caso, respeitar as necessidades e as legítimas aspirações dos habitantes, mesmo se isto necessitar que adoptemos usos que sejam diferentes dos usos originais.

Artigo IX-B

Por outras palavras, é necessário encorajar-se o respeito pelos direitos estabelecidos da população local. A função habitacional deve ter precedência sobre todos os outros usos e deve-lhe ser atribuída a primeira prioridade.

Artigo X

AS NOSSAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS DEVEM PROMOVER A IDEIA DE QUE TODOS TEMOS A RESPONSABILIDADE PELA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÓNIO NACIONAL

Artigo X-A

O nosso sistema educativo deve disseminar conhecimentos correspondentes ao nosso património para tornar as pessoas conscientes do seu valor e da necessidade em o preservarmos.

Artigo X-B

O sistema educativo deve garantir que as tradições são transmitidas, e, assim, encorajar a formação de artesãos, de técnicos e de profissionais que sejam capazes de trabalharem na salvaguarda do nosso património.

Artigo X-C

As outras autoridades educativas (a família, os jornais e as revistas, a rádio e a televisão, etc.) também devem desempenhar o respectivo papel no fortalecimento da educação sobre o património. Em particular, os profissionais e os especialistas do património devem contribuir para a consciência sobre este através da comunicação dos seus conhecimentos ao público geral.